

VOLTA AO JOGO DA TENSÃO

O governo recrudescer para combater a incorporação do PP ao PMDB e restabelecer seu projeto de garantir a vitória dos PDS nas eleições

Desde que uma convenção nacional conjunta referendou a incorporação do PP ao PMDB no domingo, dia 14, pela esmagadora maioria de 635votos em 673, renasceu no país um partido de oposição capaz de inquietar o governo. É verdade que ele pode ter pouco tempo de vida – nas próximas duas semanas, os sete juizes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) devem decidir, em Brasília, se a livre decisão dos convencionais vale ou não vale. Depois da convenção, os principais dirigentes do PP afastaram-se preocupados da capital. Ao partir para a sua fazenda em Cláudio, no interior de Minas Gerais, o ex-presidente do partido, senador Tancredo Neves, indagava a jornalistas: “Qual é o clima no Palácio do Planalto?”

O clima era pior possível. “O presidente está deprimido”, informou na quinta-feira um governador que visitou o general João Figueiredo e testemunhou sua disposição de recrudescer. De fato, o tom da resposta do Planalto veio na voz imperturbável do secretário de Imprensa, Carlos Átila: “A incorporação, por si só, foi um retrocesso!, argumentou, “mas a indicação do deputado Francisco Pinto para a secretaria geral do partido constituiu uma provocação”.

A rigor, a indicação de Pinto, um dos mais radicais parlamentares da oposição, pode ser uma provocação – mas o governo não admite que a escolha de certos funcionários da administração seja interpretada como uma provocação contra a oposição, o que anula sua jurisdição sobre a distribuição de cargos na cúpula do PMDB.

“CAIU DO CÉU” – A indicação de Francisco Pinto foi a maior surpresa da convenção conjunta, e tende a desempenhar um papel importante no futuro da incorporação. A secretaria geral era o cargo reivindicado pelo PP na formação do diretório nacional conjunto. O ocupante do posto, senador Pedro Simon, estava disposto a desvencilhar-se dele para intensificar sua campanha ao governo do Rio Grande do Sul. A cúpula do PMDB, porém, pressionou o presidente Ulysses Guimarães para manter um peemedebista na secretaria geral. O PP contentou-se com a primeira vice-presidência, entregue a Tancredo Neves, e abriu-se o flanco que levaria à ascensão de Francisco Pinto.

Mas a posse desse parlamentar em pleno gozo de seus direitos – ele já cumpriu os seis meses de prisão a que foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal por ter insultado o presidente chileno Augusto Pinochet, num discurso, em 1974 – era o prato de que o Planalto precisava. “O Chico Pinto caiu do céu”, admitiu, na sexta-feira, um experiente frequentador do Palácio, “porque é o pretexto que faltava para o TSE concluir que a incorporação não serve à democracia”. O combate governamental à incorporação, nos próximos dias, será travado sobretudo em cima desse pretexto para a volta ao jogo da tensão. Ainda na terça-feira, o novo secretário geral do PMDB ofereceu a seus biógrafos oficiais uma pequena joia, ao declarar que “vivemos sob uma ditadura militar e devemos lutar para desgastá-la”.

A frase colheu de surpresa os egressos do PP. “O Chico, depois de eleito, deveria ficar calado por uns dez dias”, ponderou Tancredo Neves, autor das frases mais ferinas já desferidas contra o general Figueiredo. Mas nem todos os erros estão na oposição. O comando político do governo, que deixou escapar a oportunidade de matar a incorporação quando não previu essa hipótese na confecção do pacote, exibiu mais irritação que ideias. Durante a convenção que decidiu a incorporação, apareceram no plenário da Câmara dois panfletos. Um, amarelo e atribuído ao PMDB do Distrito Federal, tinha retórica de esquerda: “Não queremos união com banqueiros exploradores do povo”. Outro, azul e atribuído ao PP de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco, numa retórica liberal: “Buscamos a normalidade democrática e não sair de uma ditadura de direita para uma de esquerda”.

NOVAS DOBRAS DO PACOTE – Os diretórios citados negaram a autoria dos panfletos. “A origem do documento é a comunidade de informações”, denunciou em nota oficial o secretário geral do PMDB de Brasília, Fernando Tolentino Vieira. O máximo que o PP de São Paulo admitiu, por exemplo, foi produzir uma cruz com a inscrição “Tancredo Traidor”. Os dois estranhos panfletos foram impressos em Super Bond 28 quilos, um papel refinado e caro, raramente empregado nesse tipo de material. Embora as famílias de letras dos dois panfletos sejam diferentes, sai diagramação é idêntica – e parecem ter sido compostos com uma Multilith, equipamento de mesa que não exige grandes aparatos gráficos. A maior parte das 148 gráficas de Brasília poderia ter feito esse trabalho, assim como os ministérios, o Senado Federal, o SNI ou a Polícia Federal, que também dispõem de equipamentos semelhantes.

Além desse jogo mais bruto, a ofensiva contra a incorporação vai-se desenrolar também no plano da lei. O próximo pacote eleitoral sai em março e não terá que atravessar a praça dos Três Poderes: ele já está no Congresso Nacional, embutido em vários projetos de iniciativa parlamentar que devem ser votados até o dia 8 de março. Um deles é a emenda do deputado Nilson Gibson (PDS-PE), que institui o “distritão”. Nas dobras do pacote já existe a emenda do deputado Maurício Fruet (PMDB-PR), que aumenta de 420 para 500 o número de cadeiras de deputados federais. Lá está também o projeto do deputado José Camargo (PDS-SP), que permite a reeleição dos atuais governadores – assim como o de Bezerra de Mello (PDS-SP), que simplesmente propõe a prorrogação dos mandatos.

O leque de medidas em estudo é amplo, mas a dificuldade do governo está em que nenhuma delas consegue agradar a mais que 50% do PDS. Só o pacote de novembro, por exemplo, já havia desagradado parcialmente a ninguém menos que o professor João Leitão de Abreu, chefe do Gabinete Civil, que não louva a vinculação total dos votos. Todas as medidas seguem, entretanto, o mesmo espírito do pacote de novembro: ao governo só interessa a vitória do PDS na eleições. Segundo as pesquisas de opinião, o vento sopra atualmente a favor do PDS, principalmente porque a curva da inflação está caindo. O partido governista, por fim, ainda ganhou alguma coisa com a incorporação do PP ao PMDB: conquistou a adesão de deputados como Marcondes Gadelha, do PMDB paraibano, ou Mendes de Melo (PP-SC), entre outros – e, se conquistar Magalhães Pinto (PP-MG) pode aumentar sua atual bancada de 216 para 225 deputados federais.

PDS Cresce com Gadelha e Magalhães Pinto

Nas águas da incorporação do PP ao PMDB, o PDS capturou duas diferentes trajetórias oposicionistas. O udenista histórico Magalhães Pinto, 72 anos, foi o homem que tentou tomar ao general Figueiredo, em 1978, a vaga de candidato presidencial pela Arena. O deputado paraibano Marcondes Gadelha, 38 anos, partilhou com radicais da oposição, como Francisco Pinto e Fernando Lyra, importantes momentos do grupo autêntico do PMDB. No PP, Magalhães sempre foi cauteloso, mas não evitou críticas ao governo Figueiredo. “O governo distribui favores para beneficiar seu partido”, queixava-se ele em 1980. “O governo quer pluripartidarismo, mas mantendo controle sobre o Congresso.” Na última terça-feira, ao sair do encontro com o presidente, Magalhães desconversou sobre a adesão ao governo. Mas há uma vaga de candidato ao Senado reservada para ele no PDS de Minas Gerais.

O caso de Gadelha é mais surpreendente. Ele brigou com Odacir Klein, um ano atrás, pela liderança da oposição na Câmara. Sai do PMDB, agora, porque seu rival Antônio Mariz ganhou a luta pela candidatura ao governo da Paraíba. “É evidente que Figueiredo está isolado”, sentenciava ele um ano atrás. “Os casuísmos, as falcatruas e os golpes congressuais visam a assegurar a permanência do autoritarismo.” Na última quarta-feira, recebido com festas pelo PDS em João Pessoa, Gadelha jurou coerência: “Estou mudando de campo, mas não de princípios”.

Crédito: Revista *Veja*/Editora Abril

Fonte: Revista *Veja*, edição 703, 24 fev. 1982, p.20-22.